



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADA AMÁLIA BARROS - PL - MT**

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2023**

(Da Sra. AMÁLIA BARROS)

Requer revisão de despacho apostado ao PL 5156/2013, a fim de que se inclua a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CPD na apreciação do mérito da matéria

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 32, XXIII, alínea “a”, combinado com o art. 139, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a revisão do despacho inicial exarado ao PL 5156/2013, que “Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de audiodescritor”, a fim de que se inclua a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência na apreciação do mérito da matéria.

**JUSTIFICAÇÃO**

A regulamentação do profissional de audiodescrição é uma demanda essencial não só para pessoas com deficiência, como também para idosos, com a finalidade de garantir o direito de todos ao acesso à informação e à comunicação.

Considerando a obrigatoriedade da acessibilidade na programação das emissora de TV aberta prevista em portarias ministeriais (Portaria nº 310, de 2006, complementada pela Portaria nº 188, de 24 de março de 2010), e, que compete à Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência atuar quanto ao mérito em “todas as matérias atinentes às pessoas com



deficiência”, conforme o art 32,XXIII, alínea “a”, do regimento desta Casa, solicito essa alteração no trâmite do PL 5156/2013.

Sala das Sessões, em        de        de 2023.

**Deputada Amália Barros**  
**PL-MT**

